



SEFIC2018
UNILASALLE

CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A
REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

22 A 27
DE OUTUBRO

DA MEMÓRIA À COMPLEXIDADE: ESTUDO DE CASO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA DO BRASIL E PORTUGAL

Autora: Simone Luz Ferreira Constante
Orientadora: Dra. Margarete Panerai Araújo
Universidade La Salle

RESUMO

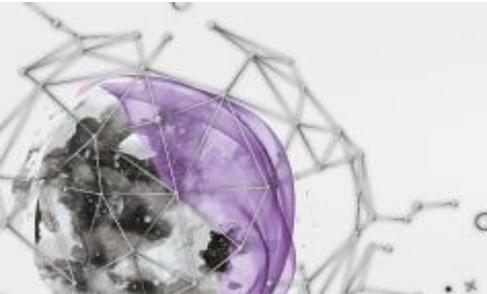
Este projeto de tese tem por intuito analisar as relações das políticas públicas de cultura vigentes em Portugal e no Brasil, averiguando a influência de diretrizes internacionais – como a Agenda 21 da Cultura e Plano de Estudos Cultura 2020, e o impacto nas instâncias municipais, com enfoque nos territórios de Lisboa e Porto Alegre. Este percurso investigativo será enriquecido pelo olhar multifocal e percorre o contexto do campo da memória até a transdisciplinaridade do método da complexidade.

Palavras-chave: *Políticas Públicas de Cultura, Memória, Método da Complexidade.*

Área Temática: Memória Social

1 INTRODUÇÃO - PROPÓSITO CENTRAL DO TRABALHO

Esta proposta de tese tem como temática principal a centralidade da cultura na sociedade contemporânea, especialmente focada nos contextos brasileiro e português. Como profissional do campo da gestão cultural há cerca de 10 anos, situo meu lugar de fala e justifico o especial interesse em pesquisar os processos de implementação de políticas culturais. O envolvimento com o campo da cultura perpassa minha trajetória acadêmica e profissional, pois como comunicadora social e produtora audiovisual de formação, iniciei os primeiros passos no universo da pesquisa dentro do campo dos estudos culturais. Durante o curso de Especialização em Gestão Cultural, exercia um cargo público no município de Gravataí e assumi a importante tarefa de coordenar o projeto de implementação do Sistema Municipal de Cultura durante dois anos, motivo que me levou a desenvolver uma pesquisa de campo para analisar este processo de gestão e sistematizar dados da economia da cultura local. Atuo como consultora e parecerista de projetos para o Ministério da Cultura, tendo participado de diversas capacitações voltadas para a implantação do Sistema Nacional de Cultura e desenvolvimento de planos municipais para o setor. Desde 2010, participo ativamente de conselhos públicos de cultura, primeiramente na cidade de Porto Alegre, depois em Gravataí e, atualmente, em Canoas e no Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul. Estas experiências como artista, produtora, gestora e pesquisadora da área me possibilitaram problematizar o campo das políticas públicas de cultura a partir de diversos olhares e enfoques, levando em conta as diferentes relações de poder que se estabeleciam conforme as posições que ocupava neste circuito da cultura. Deste modo, justifico a escolha das políticas públicas de cultura como objeto de análise e o interesse atual em ampliar a investigação para o âmbito internacional. Proponho como problemática e objetivo geral a investigação das relações de implementação das políticas públicas de cultura vigentes em Portugal e no Brasil, buscando compreender como foram influenciadas, nos últimos 10 anos, por



SEFIC2018
UNILASALLE

CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A
REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

22 A 27
DE OUTUBRO

diretrizes internacionais – como a Agenda 21 da Cultura e o Plano de Estudos Cultura 2020, e quais foram os impactos nas instâncias municipais, com enfoque nos territórios de Lisboa e Porto Alegre.

Nesta proposta de tese, assumo como pressuposto que, embora estas diretrizes internacionais para o campo da cultura sejam bastante complexas e pertinentes ao contexto contemporâneo, tendo como propósito o desenvolvimento de sociedades que respeitem e valorizem a diversidade cultural, ampliem a democratização do acesso aos bens culturais e fortaleçam a economia da cultura, os processos de implementação de políticas públicas de cultura têm sido desafiadores e descompassados em certa medida. Em países cuja participação democrática nos processos de gestão foi tardia, como é o caso do Brasil, percebo um despreparo por parte de gestores públicos para estabelecer processos de diálogo e gestão compartilhada das políticas públicas. Por parte dos cidadãos, há um profundo desconhecimento sobre o funcionamento da gestão pública e, sobretudo, inexperiência e falta de autonomia para a participação efetiva nos processos decisórios e fiscalização dessas políticas públicas. Pressuponho, assim, que as dificuldades que são enfrentadas no Brasil para implantar o Sistema Nacional de Cultura, a partir de um modelo de gestão tripartite, tenham algumas semelhanças com os entraves sofridos em Portugal para o cumprimento da política cultural estabelecida para a União Europeia.

Nesta linha, apresento como objetivo central analisar as relações das políticas públicas de cultura vigentes em Portugal e no Brasil, averiguando a influência de diretrizes internacionais – como a Agenda 21 da Cultura e o Plano de Estudos Cultura 2020, e o impacto nas instâncias municipais, com enfoque nos territórios de Lisboa e Porto Alegre. E, por se tratar de uma proposta de tese ainda em construção, a qual vem delineando, pouco a pouco, as ferramentas teóricas que serão utilizadas para a análise das políticas, bem como o percurso investigativo a ser percorrido, desde o campo da memória até a transdisciplinaridade do método da complexidade, estabeleço como objetivos específicos preliminares: 1) produzir um levantamento bibliográfico e documental sobre as diretrizes internacionais para o campo da cultura que serviram como referências para a construção das políticas nacionais no Brasil e em Portugal e, seus desdobramentos nas políticas municipais de Porto Alegre e Lisboa; 2) Analisar os cenários nacionais e locais acima referenciados através das lentes teóricas e metodológicas da complexidade e seguindo os princípios desenvolvidos por Morin, especialmente a auto-eco-organização, o hologramático, sistêmico e dialógico. Neste percurso, pretendo fazer uso de várias técnicas de pesquisa como a revisão bibliográfica, análise documental, pesquisa de campo aplicada e explicativa, além de estudo de caso; 3) Apresentar possíveis resultados da pesquisa que poderão servir como indicativos sobre o funcionamento e o desenvolvimento global/local de um fenômeno organizado para as políticas públicas de cultura.

2 REVISÃO

A revisão teórica, ainda em construção, será apresentada parcialmente através do estado da arte desta temática de pesquisa, sendo abordadas as seguintes categorias: políticas públicas de cultura; memória; método da complexidade. A construção do estado da arte das pesquisas sobre políticas públicas de cultura do Brasil e de Portugal levou em consideração a produção de teses e dissertações nos últimos cinco anos, a fim de garantir a atualidade deste referencial. Para tanto,



SEFIC2018
UNILASALLE

CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A
REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

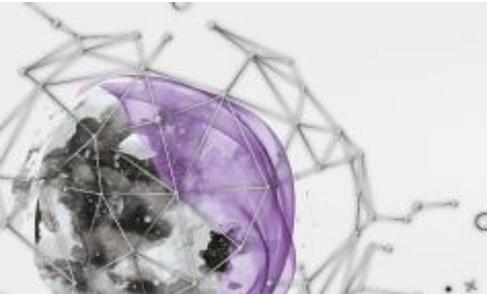
22 A 27
DE OUTUBRO

inicie a busca em websites institucionais de universidades dos dois países, tendo como foco os cursos acadêmicos especializados no campo da cultura. Quanto às instituições brasileiras, recorreu-se aos três programas de pós-graduação que atuam nos campos da memória e da cultura: Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio); Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPel); Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade LaSalle (UniLaSalle). O filtro utilizado para a seleção dos trabalhos foi composto por três expressões, quais sejam memória, cultura e políticas públicas. O resultado da busca apontou inúmeros trabalhos que relacionavam cultura e memória, mas destaco apenas dois que focavam nas políticas públicas de cultura. O primeiro é a dissertação “Teatro Esperança de Jaguarão (RS): memória, história e patrimonialização” (2016), defendida por Carlos José de Azevedo Machado, pela UFPel; e o segundo é a dissertação “A memória organizacional dos projetos e atividades culturais da Ufrgs entre 2009 e 2015” (2017), defendida por Anália Kniest Dornelles, pela UniLaSalle. Ambos utilizaram estudos de caso para construir suas problemáticas, com diferentes abordagens, mas aproximadas no que tange aos referenciais teóricos sobre cultura e memória.

Quanto às instituições portuguesas, iniciei a busca pelo banco de teses defendidas pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), que possui programas de doutoramento voltados ao campo das políticas públicas e cultura. Utilizei como categorias de busca: memória, políticas públicas de cultura, políticas culturais, Agenda 21 da Cultura e Cultura 2020. Dentre os trabalhos voltados ao estudo sobre políticas públicas, não encontrei nenhum focado no âmbito da cultura, apenas outros que investigaram políticas de segurança pública, de educação, de políticas ambientais e de saúde, alguns inclusive comparando as realidades do Brasil e Portugal. Em um segundo momento, naveguei no banco de teses do Núcleo de Estudos em Políticas Culturais do Programa Doutoral em Estudos Culturais das Universidades do Minho e de Aveiro, o qual tem constantes trocas com programas brasileiros. Por fim, busquei pelas mesmas categorias no portal do Curso de Doutorado em Estudos de Cultura da Universidade de Lisboa e no Portal da Universidade Aberta. Em nenhum destes bancos encontrei teses que relacionassem políticas públicas de cultura, memória e referência às diretrizes internacionais citadas. A partir destes resultados preliminares talvez seja possível inferir sobre o ineditismo desta problemática e a necessidade de realizar mais investigações com este enfoque nas políticas públicas de cultura.

É importante ressaltar também que, embora não tenham sido identificadas teses de doutorado no estado da arte, no levantamento bibliográfico foram localizados alguns artigos acadêmicos e pesquisas em outros formatos que poderão servir como referenciais para este trabalho. Dentre esses destaco dois estudos do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura da Universidade Federal da Bahia (CULT): “Estudos da cultura no Brasil e em Portugal” (RUBIM; RAMOS, 2008) e “Políticas culturais no Brasil: tristes tradições e enormes desafios” (RUBIM, 2007). Destaco também três estudos portugueses: “A Política Cultural em Portugal – 15 Anos de (in)sucesso” (SOUSA, 2013); “Novos Desafios para a investigação sobre cultura: prioridades de investigação no domínio cultural da EU” (NUERE; PERIS, 2013); e “Lisboa Multicultural” (FORTUNA, 2016).

Além dos trabalhos mencionados, de modo complementar à revisão teórica, trago argumentos de alguns pensadores e instituições dedicadas aos estudos sobre a centralidade da



SEFIC2018
UNILASALLE

CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A
REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

22 A 27
DE OUTUBRO

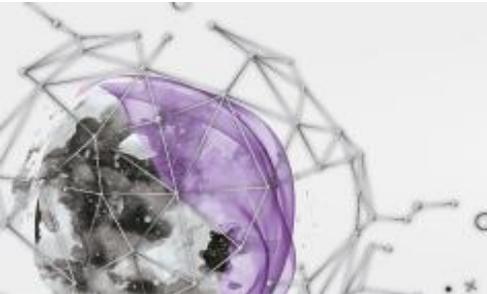
cultura na contemporaneidade, com o intuito de tecer, ainda que parcialmente, a rede de conceitos que servirá como referencial teórico para esta discussão. Primeiramente, é importante situar que o termo cultura é polissêmico, tornando-se impossível fixar este conceito. Suas concepções são múltiplas, instáveis e inacabadas, sendo negociadas por diferentes campos do conhecimento. A cultura é, sobretudo, um espaço de lutas simbólicas e disputas de poder. Para estruturar a vida social, agentes e instituições fazem uso da representação com uma complexa rede de textos, imagens, conversas, códigos de conduta e estruturas narrativas que os organizam. A cultura passou a ser configurada como um processo continuamente agenciado, construído e ressignificado, de acordo com cada contexto social, político e econômico. Mesmo com essas ressalvas, adotarei a concepção que vem sendo utilizada por diversos países na institucionalização de suas políticas culturais, incluindo o Brasil, proposta pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a define como

[...] conjunto dos traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abarca, para além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. (UNESCO, 1982, art. 4).

A incorporação deste entendimento de cultura por diversos países tem respaldado a atuação da Unesco no agenciamento de importantes pautas para o setor, provocando discussões acerca de temas como pluralismo e direitos culturais, construções identitárias, políticas culturais, gestão cultural, bens e serviços culturais, diversidade, democracia cultural e patrimônio cultural material e imaterial. As declarações e convenções da Unesco, ao longo dos anos, têm influenciado diretamente nos processos de construção de políticas e das constituições de diversas nações, incluindo democracias recentes na América Latina, como o Brasil. A Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, e popularmente conhecida como Constituição Cidadã, traz em seu artigo nº 215 o texto “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais”, inaugurando a noção de que o acesso à cultura passa a ser um direito social dos brasileiros.

Dentre alguns expoentes pensadores sobre políticas públicas de cultura no Brasil, trago Botelho (2001, p. 74) para ressaltar a dimensão antropológica de cultura, considerando-a como tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando. A cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, manejam suas identidades e diferenças, constroem seus valores e estabelecem suas rotinas. Nesta mesma linha de pensamento, recorro a Rubim (2007) para definir política cultural como uma intervenção estatal conjunta e sistemática, abrangendo diferentes áreas da cultura, atores coletivos e metas. Segundo o autor, não se trata de atribuição exclusiva do poder público, uma vez que outros agentes da sociedade civil e a iniciativa privada também possuem responsabilidades sobre tais políticas.

Exemplo de política cultural é a **Agenda 21 da Cultura** (2004), que formaliza o compromisso de diversos líderes em construir estratégias para pôr em prática políticas de inclusão social em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Como forma de contribuição para o desenvolvimento cultural da humanidade, o documento explicita questões relacionadas aos direitos humanos, diversidade cultural, sustentabilidade, democracia participativa e à criação de condições para a paz. Formulado após o Fórum Social Mundial,



SEFIC2018
UNILASALLE

CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A
REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

22 A 27
DE OUTUBRO

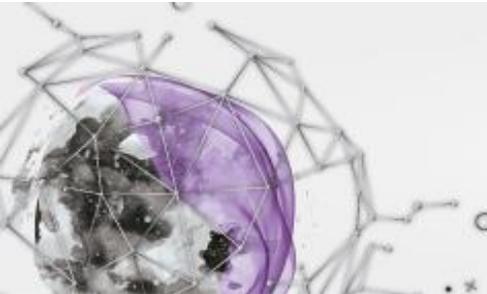
realizado na cidade de Porto Alegre, em 2001, teve como pressuposto a cultura como fator essencial no desenvolvimento sustentável das cidades e territórios no plano humano, econômico, político e social. Reforçou o caráter central das políticas públicas de cultura como exigência das sociedades no mundo contemporâneo. Destacou a necessidade de imbricar as políticas culturais com outras políticas públicas – sociais, econômicas, educativas, ambientais e urbanísticas – a fim de garantir a qualidade do desenvolvimento local. Reforçou a ideia de que as políticas culturais devem encontrar um ponto de equilíbrio entre interesse público e privado, vocação pública e institucionalização da cultura. Antecipou que a excessiva institucionalização ou a voracidade do mercado são prejudiciais ao desenvolvimento dinâmico dos sistemas culturais. Explicitou a necessidade dos cidadãos terem iniciativas autônomas, tanto individual como coletivamente, e deixou claro o compromisso dos gestores públicos em implementar instrumentos apropriados para garantir a participação democrática dos cidadãos na formulação, no exercício e na avaliação das políticas públicas de cultura.

Outro exemplo de política cultural que quero aqui apresentar é o **Plano de Estudos - Cultura 2020** (2014), uma iniciativa do governo português, através da Secretaria de Estado da Cultura, com o objetivo de implementar um processo de diagnóstico e reflexão prospectiva de apoio à gestão para os setores cultural e criativo até 2020. Fruto do trabalho de sete universidades públicas e três empresas de consultoria, envolveu investigadores das mais variadas áreas do conhecimento, resultando em nove estudos que apresentam um olhar exaustivo sobre as condições em que as atividades culturais e criativas são prosseguidas em Portugal, permitindo caracterizar os contributos específicos da cultura para a economia e sociedade sob várias perspectivas.

3 METODOLOGIA

Esta proposta de tese vem sendo construída com um método qualitativo e complexo. Diante deste caráter qualitativo, a interpretação e significação estão intrincadas na subjetividade do agente social. Envolvem o exame e a reflexão sobre as percepções para que se obtenha um entendimento das atividades sociais e humanas. Trata-se de uma pesquisa aplicada, de caráter descritivo e explicativo, destinada ao estudo de fenômenos aplicados ao objeto de estudo e à solução de problemas específicos. Como procedimentos técnicos, pretendo utilizar a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a pesquisa de campo. Os dados que comporão o corpus da pesquisa deverão ser quantitativos e qualitativos, incluindo: 1) dados estatísticos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) / Munic da Cultura; Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC); Portal da Cultura da União Europeia; sites de Prefeituras; dentre outras pesquisas de universidades no Brasil e Portugal. 2) documentos que estabelecem diretrizes internacionais para a cultura, como declarações e convenções da ONU e Unesco; Agenda 21 da Cultura; Plano de Estudos - Cultura 2020; marcos legais de criação de sistemas públicos de cultura; planos nacionais e municipais de cultura.

Como lentes para as análises e fio condutor para o percurso metodológico, adotarei o paradigma da complexidade de Edgar Morin, através de alguns princípios como a auto-eco-organização, hologramático, sistêmico e dialógico. O primeiro diz respeito aos sistemas como não sendo autossuficientes, na medida em que o ser humano, apesar de autônomo, depende de sua cultura, do mesmo modo como a sociedade depende de seus aspectos geográficos e



ecológicos. Há sempre uma relação de trocas e de organização e reorganização contínuas. O segundo princípio refere-se à perspectiva hologramática, uma vez que precisamos analisar a parte através do todo e o todo a partir de cada parte, sendo necessário conjugar a análise, compreender o que os separa e os reduz, envolver toda a complexidade do objeto de estudo sem sínteses ou simplificações. Em consonância, o princípio sistêmico considera a organização e todas as unidades complexas que compõe o objeto de pesquisa, sendo necessário esclarecer as relações entre as partes e o todo. Por fim, utilizarei o princípio dialógico de modo a colocar em diálogo referenciais teóricos e objetos de análise que se mostrem contraditórios, compreendendo que é necessário confrontar fontes, fazer associações complexas em uma mesma realidade com instâncias que pareçam antagônicas.

REFERÊNCIAS

- AGENDA 21 da Cultura.** Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2012/10/2-agenda-21-da-cultura.pdf> Acesso em 03 dez. 2017.
- BRASIL. **Constituição.** Brasília: Senado Federal, 1988.
- BOTELHO, I. **Dimensões da cultura e políticas públicas.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.15, n.2, p. 73-83, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000200011>>. Acesso em 03 dez. 2017.
- DORNELLES, A. **Memória Organizacional dos projetos e atividades culturais da UFRGS entre 2009 e 2015.** 2017. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) - Centro Universitário La Salle - Canoas.
- FORTUNA, C. Lisboa Multicultural. **Sociologia, Problemas e Práticas** (82), 167-170, 2016.
- MACHADO, C. **Teatro Esperança de Jaguarão (RS): memória, história e patrimonialização.** 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Pelotas – Pelotas.
- NUERE, C.; PERIS, I. Novos Desafios para a investigação sobre cultura: prioridades de investigação no domínio cultural da EU. **Revista Lusófona de Estudos Culturais** (1, 2), 49-69, 2013.
- ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php. Acesso em 15 dez. 2017.
- RUBIM, A.; RAMOS, N. **Estudos da cultura no Brasil e em Portugal.** Salvador: EDUFBA, 2008.
- RUBIM, A. **Políticas culturais no Brasil: tristes tradições e enormes desafios.** Salvador: EDUFBA, 2007.
- SOUSA, C. **A Política Cultural em Portugal – 15 Anos de (in)sucesso.** 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Artística e Cultural) - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo – Portugal.
- UNESCO. **Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais.** Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf> Acesso em 15 dez. 2017.
- UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.** Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf> Acesso em 15 dez. 2017.